

## **A HIPERJUDICIALIZAÇÃO DAS DEMANDAS SOCIAIS: A UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO CONTENÇÃO PARA A HIPERTROFIA DO PODER JUDICIÁRIO**

**Anthony Ferreira Almeida\***

**Pamela Ferreira Almeida\*\***

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar o fenômeno da hipertrofia do Poder Judiciário como resultado de uma sociedade moderna e complexa. O estudo analisa o princípio da tripartição dos poderes com vistas ao papel do Judiciário no processo de interdependência de cada um dos poderes estatais, e examina as possíveis causas que fomentaram a necessidade de se conceder a um único órgão da soberania estatal a função de finalizar todas as demandas sociais. Nesse contexto, a supervalorização do Judiciário é analisada dentro do sistema do Estado Democrático de Direito que atribuiu a este Poder a função de guardião da Constituição. O estudo examina ainda, como principais consequências desse fenômeno, a falta de efetividade das decisões judiciais e a demora na tramitação dos processos submetidos ao exame e pronunciamento do referido órgão. Nesse contexto, são apresentados os meios alternativos de solução de litígios como forma de contenção do exagerado demandismo judicial e como instrumento geral de pacificação social. Dessa forma, o trabalho não tem a pretensão de exaurir o assunto, pois são várias as teorias e propostas que sugerem uma delimitação ao ativismo judicial. A intenção desse estudo é tão somente fomentar o debate sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ativismo Judicial. Soluções alternativas de conflitos. Separação dos Poderes. Celeridade e efetividade processual. Crise do Judiciário.

### **1. INTRODUÇÃO**

---

\* Advogado OAB/SE8016. Graduado pela Universidade Tiradentes (2013). Email: anthony.allmeida@hotmail.com

\*\* Advogada OAB/SE 8057. Graduada pela Universidade Tiradentes (2010). Pós-graduada em Direito e Processo Civil pela Faculdade Social da Bahia. Email: pamela\_almeida82@msn.com

Nos últimos anos, o Poder Judiciário viu-se diante de um aumento considerável das demandas judiciais e, atualmente, é visto pela sociedade como único e importante órgão de solução dos conflitos. A judicialização das demandas sociais significa que todos os litígios, dos mais simples aos mais complexos, são submetidos ao crivo do Judiciário.

Nesse processo, vários fatores contribuíram para a supervalorização do referido órgão: o neoconstitucionalismo que superou o estado Legislativo e consagrou a supremacia da Constituição; o pós-positivismo que preconiza uma valorização dos princípios e sua inserção na Constituição através da inserção dos direitos fundamentais; a insuficiência da atuação dos outros Poderes, mais precisamente o Executivo, que não atende às necessidades sociais; a própria complexidade das relações sociais na modernidade (consequência de uma sociedade massificada) exige uma atuação mais efetiva e concreta do direito, o que resulta no processo de judicialização de todo o tipo de demanda social; e o despertar gradual da sociedade no sentido de exigir a reparação de lesões aos seus direitos (característica quase sempre latente na sociedade brasileira, tendo em vista seu contexto histórico) que vê no Judiciário o órgão solucionador de todo e qualquer conflito social.

O excesso de demandas sociais submetidas ao crivo do Judiciário faz com o que o órgão se transforme no solucionador único e final dos litígios, sobrecarregando-o demasiadamente. Assim, se determinados conflitos sociais não são resolvidos dentro de um sistema democrático, que se baseia na solução de conflitos por meio do debate e acordo comum, essas mesmas questões são levadas ao Judiciário.

A consequência desse processo consiste numa supervalorização do Judiciário, em detrimento dos demais Poderes, revelando verdadeira afronta ao princípio da separação dos poderes, bem como numa atribuição de novas funções à prestação jurisdicional dentro de um contexto social que já vislumbra meios alternativos de soluções dos litígios como forma de pacificação social e consequente redução das demandas submetidas ao Poder Judiciário.

A judicialização das relações sociais transformou-se, assim, num processo autodestrutivo para o direito e para o órgão, que não será capaz de absorver e resolver todos os tipos de conflitos sociais.

O processo de hiperjudicialização das demandas reflete-se na má qualidade das decisões judiciais, na demora do andamento dos

processos, na superestimação do papel do juiz como criador da norma, no surgimento de um superpoder em detrimento dos demais, etc. É sobre esse processo de hipertrofia do Poder Judiciário e sobre um dentre os possíveis limites a este fenômeno que trataremos a seguir.

## **2. AS CAUSAS DA HIPERJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS**

Na sociedade contemporânea, observa-se uma crescente importância do Poder Judiciário como único órgão solucionador das demandas sociais, bem como verifica-se uma evidente alteração na atribuição de suas funções.

Não se discute a função típica do órgão, qual seja, a de dizer o direito, até porque o princípio da tripartição dos poderes, idealizado por Montesquieu, define claramente as três funções estatais e ressalta a necessidade de manutenção da separação dessas funções. O que se vislumbra, no âmbito das contendas sociais, é a sutil superposição deste Poder em detrimento dos demais poderes, evidenciando uma afronta ao princípio citado.

A separação dos poderes foi consagrada nas Constituições do segundo pós-guerra como importante meio de contenção de abusos por parte do Estado e de preservação da liberdade, pois como bem acentua Silva (2012, p. 108) “se as funções forem exercidas por um órgão apenas, tem-se concentração de poderes”.

A tripartição dos poderes constitui elemento essencial do constitucionalismo que sofreu profundas mudanças até o reconhecimento da supremacia e força vinculante da Constituição. O neoconstitucionalismo preconiza a análise dos casos através de uma perspectiva constitucional, dotada de intensa carga principiológica, e o pós-positivismo centraliza os direitos fundamentais e reaproxima as noções de Direito e Ética. Fernandes e Bicalho (2011, p. 113) resume bem essa mudança quando ressalta que:

“Foi visto que uma das principais críticas ao modelo positivista foi a falta de critérios valorativos para a aplicação da norma, a qual favoreceu, muitas vezes, decisões distantes da justiça ou mesmo absurdas. O pós-positivismo tenta firmar bases

filosóficas para sanar essa problemática, com o escopo de implementar direitos constitucionais a partir da verificação axiológica das normas aplicáveis concretamente”.

Ampliadas as possibilidades de interpretação das normas, nesse processo, o juiz assumiu, além da função de aplicador da norma geral, o papel de criador da norma individual destinada a reger um caso específico. A consequência verifica-se numa máxima flexibilidade do princípio da tripartição, de modo que há, cada vez mais, uma interferência dos poderes políticos entre si. Silva (2012, p. 109) chama a atenção sobre o rigor da tripartição ao salientar que:

“Hoje, o princípio não configura mais aquela rigidez de outrora. A ampliação das atividades do Estado Contemporâneo impôs nova visão da teoria da separação dos poderes e novas formas de relacionamento entre os órgãos legislativo e executivo e destes com o Judiciário”.

É certo que o estado atual das coisas impõe mudança e a atuação suprema do Judiciário em detrimento dos demais poderes é, de certa forma, justificada do ponto de vista social, pois como acentua Filho (2014, p. 11):

“(...) essa concepção originária de organização das funções estatais não se coaduna com os Estados Democráticos de Direito da atualidade, isso porque houve estrutural mudança nas competências institucionais, sobretudo nas atribuídas ao Poder Judiciário”.

Por outro lado, a hipertrofia do Judiciário revela verdadeira crise de representatividade democrática: o Legislativo se omite na edição de leis que atendam aos reclamos sociais; e o Executivo disponibiliza cada vez menos os recursos públicos para o atendimento das necessidades sociais e não realiza as políticas públicas determinadas na Constituição Dirigente.

A omissão e insuficiência destes poderes contribuíram, assim, para a

atividade compensatória do Judiciário e para a consequente judicialização das relações sociais, pois este poder toma para si a função de resolver todos os litígios sociais interferindo de certa forma na competência dos demais poderes e ocasionando certo desequilíbrio entre eles. Filho (2014, p. 11) destaca que:

“(...) a absorção de novas competências precisa estar associada à imposição de limites e à sujeição a controle, caso contrário, arrisca-se a permitir abusos e a instalação de um superpoder, que tem preponderância em relação aos demais órgãos constitucionais”.

O Executivo e o Legislativo, diante do considerável aumento da população e da complexidade dos conflitos sociais, se tornaram insuficientes no atendimento dos reclamos da sociedade e, sutilmente, se eximiram de suas funções e as transferiram ao Poder Judiciário.

Fatores como a globalização, a produção em massa, a coletivização de direitos deram sua parcela de contribuição à hipertrofia de Judiciário. Como bem observa Vianna (1999, p. 22):

“Novos processos sociais têm provocado a emergência de conflitos coletivos, próprios do contexto da globalização em que a produção, o consumo e a distribuição apresentam proporções de massa, gerando, como sustenta Cappelletti, fenômenos de massificação da tutela jurídica”.

No âmbito das relações de consumo, por exemplo, nota-se claramente que o comportamento da sociedade sofreu profundas alterações: o indivíduo passou a viver integrado em um novo modelo de associação, qual seja, a sociedade de consumo, decorrente do desenvolvimento tecnológico e da produção massificada. Verifica-se, conseqüentemente, um aumento considerável no número e na complexidade das demandas sociais. Assevera Soares (2009, p. 25), que:

“Quanto mais complexas são as relações sociais, maiores são as possibilidades de se ocasionar

uma lesão à esfera jurídica alheia e mais eficiente deve ser a resposta a ser dada pelo direito com a finalidade de que as marcas maléficas decorrentes de atos ilícitos sejam apagadas ou, pelo menos, reduzidas”.

Ademais, a evolução dos meios de comunicação provocaram uma transformação, sem precedentes, nas relações sociais locais, regionais e, até mesmo, intercontinentais e, com isso, contribuíram para a expansão de conhecimento e informações sobre os direitos.

Se antes, na sociedade brasileira, não havia a cultura de reclamar e exigir direitos, seja por fatores históricos, culturais ou sociais, hoje o que se pode observar é um aumento gradativo de pessoas buscando a reparação de lesões causadas aos seus direitos. A população procura cada vez mais o Judiciário e vem reclamando uma postura mais ativa deste órgão.

O Judiciário, por sua vez, não pode se esquivar de acolher as demandas sociais e solucionar os conflitos sob pena de infringência do direito fundamental de acesso à Justiça. Nesse sentido, Cappelletti e Garth (1988, p. 8) declaram que este direito:

“(...) serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individualmente justos”.

Com o intuito de oportunizar uma prestação jurisdicional a todos aqueles que buscam o órgão garantindo o direito de acesso à Justiça, o Judiciário vem emitindo decisões desprovidas de profunda análise e especificidade do caso concreto. Busca-se, assim, um processo célere em detrimento da qualidade das decisões judiciais.

Para uniformizar e amenizar tal quadro, surgem diversas técnicas de padronização das decisões como, por exemplo, as mais variadas espécies de súmulas que constituem verdadeiros julgamentos padronizados. Parte da doutrina se manifesta contrária à adoção dessas técnicas porque

inflexibiliza o sistema ao petrificar um entendimento e atribui função legislativa aos tribunais, supondo um sutil retorno ao positivismo.

O fato é que todos os tipos de conflitos são submetidos à análise do Judiciário que já não suporta o aumento gradual das demandas e não consegue mais solucioná-los com maior rapidez, infringindo o princípio da razoável duração do processo.

Ademais, o Estado não acompanha o aumento dos litígios sociais no sentido de prestar serviços públicos de qualidade e adotar políticas públicas eficientes para evitar uma crise do Judiciário.

Para atender ao princípio constitucional e desafogar o órgão judicial, necessário se faz a utilização de outras formas de composição dos litígios, pois como assevera Gajardoni (2003, p. 491) “o direito à razoável duração do processo indica a necessidade de aceleração do processo, em razão de técnicas extraprocessuais, extrajudiciais e judiciais”.

Assim, o uso de meios alternativos de solução de conflitos mostra-se como potencial instrumento de pacificação social e consequente subsídio no processo de redução do demandismo judicial.

### **3. A UTILIZAÇÃO DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO LIMITE AO ATIVISMO JUDICIAL**

A Constituição, ao democratizar o acesso à Justiça, estabeleceu que é dever do Estado a intervenção na solução dos litígios entre os indivíduos. Dessa forma, a disponibilidade deste direito conduziu à crença de que todo e qualquer interesse contrariado deva ser levado ao Judiciário.

O problema é que, diante da pluralidade e complexidade das relações e conflitos sociais, o Estado, hoje, não possui estrutura para dirimir os conflitos existentes, ocasionando uma sobrecarga no Judiciário, como anteriormente demonstrado.

Tal fato faz com que se busque alternativas que possam atender os interesses e solucionar os conflitos. É nesse contexto que ganha importância a adoção e utilização de meios alternativos de composição de conflitos, de forma a ampliar e assegurar a eficácia do princípio constitucional de acesso à Justiça.

Os meios alternativos são, em suma, definidos por Tartuce (2008, p. 19) como “técnicas diferenciadas de tratamento do conflito como alternativas à solução judicial” e constituem o terceiro movimento de

acesso à Justiça em face da insuficiência do processo contencioso em emitir soluções eficazes aos problemas.

Em outros países, como os Estados Unidos, os métodos alternativos são constante e largamente utilizados na busca da efetivação do acesso à Justiça. Naquele país, os métodos alternativos são bem aceitos pela sociedade, por questões financeiras (em razão do alto custo do processo) e pela cultura do povo, que aceita mais facilmente a negociação.

No Brasil, a sociedade ainda se mostra duvidosa em relação à adoção desses métodos. Certamente, tal fato decorre, dentre outros fatores, de aspectos culturais, visto que a história brasileira sempre apresentou um povo passivo, não participativo e que aceita facilmente as decisões provenientes do outro (geralmente um superior, nesse caso, o juiz).

Os próprios operadores do direito mostraram certo pessimismo em relação à adoção dos mecanismos alternativos. Ao tecer comentários sobre a adoção da arbitragem no Brasil, Carmona (2009, p. 2) ressaltou que:

“A somatória de esforços para vencer a maré montante de pleitos e demandas trouxe benefícios para todo o país. (...) Todos concluíram que a ajuda que os meios alternativos (...) podem prestar é valiosa e não pode ser descartada. Também concluíram que não era fundado o medo de alguns de que a arbitragem concorresse com o Poder Judiciário na solução de litígios: a experiência acabou por demonstrar que a arbitragem jamais poderia substituir atividade jurisdicional protagonizada pelo Estado”.

A adoção dos meios alternativos não significa a extinção do método tradicional, visto que a atividade jurisdicional seria apenas subsidiária, ou seja, necessária somente para aqueles casos que não obtiveram sucesso com o diálogo direto entre os envolvidos, o que autorizaria a intervenção judicial.

Entretanto, independentemente do histórico de passividade do povo brasileiro e de certo receio entre os operadores do direito, é nítido o descontentamento geral da sociedade com a morosidade e ineficiência do atual sistema judicial, fato este que contribui para a inserção e uso



dos meios alternativos de solução de conflitos.

A resolução de conflitos pelos próprios envolvidos, transfere a estes o poder de decisão e solução, conquistadas através do diálogo e do debate, elementos essenciais de um Estado Democrático de Direito. Como bem assevera Silva (2012, p. 119):

“A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de convivência social (...), participativa, porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório (...), pluralista, porque respeita a pluralidade de ideias, culturas e etnias e pressupõe, assim, o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes da sociedade (...)”

A democracia preconiza um sistema baseado no diálogo e na conversação e a utilização dos meios alternativos ratifica esses elementos na medida em que prestigia a oralidade e a negociação, garantindo uma participação ativa e a satisfação consensual das partes.

Desse modo, diferentes meios alternativos como a conciliação, a mediação e a arbitragem, apresentam mecanismos diferenciados para a composição do litígio, cabendo às partes escolher o método mais adequado para o caso, considerando a matéria a ser tratada e as próprias partes.

Além de resolver a composição do conflito já instalado, os métodos citados contribuem para o reestabelecimento de relações rompidas, havendo a possibilidade, até mesmo, de torná-las mais saudáveis, prevenindo, conseqüentemente, novas controvérsias.

Não obstante, solucionar com maior celeridade e economicidade os casos específicos, em termos gerais, esses métodos configuram ainda importantes instrumentos de pacificação social, já que esta, segundo Marinoni (2014, p. 161), “(...) não decorre necessariamente de uma decisão justa, mas também porque inúmeras atividades privadas podem conduzir à pacificação social (...)”.

O fato é que a mudança precisa ser estimulada pelo poder estatal mediante o implemento de políticas públicas e divulgação de informações

sobre a segurança, eficiência e celeridade dos meios alternativos. Nesse processo, necessária se faz também a participação de outros os setores da sociedade, bem como desta própria, a principal beneficiada.

#### 4. CONCLUSÃO

Como visto, diversas são as causas que contribuem para a hiperjudicialização das demandas sociais e a consequente hipertrofia do Poder Judiciário: aumento populacional, complexidade das relações sociais, grande volume de ações ajuizadas, morosidade judicial e insuficiência dos outros Poderes.

Não obstante a presença de outros tantos fatores que colaboram para a ocorrência do fenômeno, é evidente a necessidade e urgência de uma reforma no Poder Judiciário e de uma redefinição de sua posição dentro do Estado Democrático de Direito, de forma que se preserve o princípio da separação dos poderes.

Nesse contexto, a busca por um mecanismo de solução paralelo para colaborar com o modelo tradicional é cada vez mais essencial. Os meios alternativos de solução de conflitos se mostram como uma dentre as possíveis soluções para superar a supremacia judicial e evitar uma possível crise do Poder Judiciário.

Afastar, inicialmente, as demandas do Judiciário e utilizar outros meios de solução de conflitos não significa impedir o acesso à Justiça, mas tão somente que os conflitos de interesses sejam resolvidos de forma mais ágil e eficaz, deixando a função jurisdicional como atividade secundária. Ademais, em termos gerais, as soluções consensuais configuram importantes meios de pacificação social que pode ser efetivamente alcançada com o empenho de todas as esferas de Poder.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de adequar o Poder Judiciário e a própria sociedade às mudanças do mundo moderno, pois o contexto social da atualidade caminha para a adoção de uma cultura de paz.

---

**THE HYPER JUDICIALIZATION SOCIAL DEMANDS: THE USE OF ALTERNATIVE MEASURES OF CONFLICT SOLUTION AS RETENTION FOR JUDICIAL POWER HYPERTROPHY**

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the phenomenon of hypertrophy of the judiciary as a result of a complex modern society. The study analyzes the principle of tripartition of powers with a view to the role of the judiciary in the interdependence of each process state powers, and examines the possible causes that fostered the need to grant a single organ of state sovereignty function finalizing all social demands. In this context, the overvaluation of the judiciary is analyzed within the democratic state system that allocated the Power function of guardian of the Constitution. The study also examines the main consequences of this phenomenon, the lack of effectiveness of judicial decisions and the delay in dealing with cases submitted for examination and statement of that body. In this context, alternative means of dispute resolution as a way of containing excessive judicial demandismo and as a general tool for social pacification are presented. Thus, the work does not pretend to exhaust the subject, because there are many theories and proposals that suggest a definition to judicial activism. The intention of this study is simply to encourage debate on the topic.

**KEYWORDS:** Judicial Activism. Alternative solutions to conflicts. Separation of Powers. Speed and procedural effectiveness. Crisis of the judiciary.

## REFERÊNCIAS

- CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre, Fabris, 1988.
- CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Técnicas de aceleração do processo*. São Paulo: Lemos & Cruz, 2003, p. 76.
- FILHO, José S. Carvalho et al. *Judicialização da política e democracia*. 1. ed. Brasília: IDP, 2014.
- BENJAMIM, Antônio Herman; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Rosco. *Manual de Direito do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil: Teoria Geral do Processo*. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

FERNANDES, R.V.C. BICALHO, G.P.D. Do positivismo ao pós-positivismo jurídico: o atual paradigma jusfilosófico constitucional. Brasília. *Revista de Informação Legislativa*, n. 189, p.105-131, jan/mar. 2011

SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 35. ed. São Paulo: Malheiros editores, 2012.

SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. São Paulo: Método, 2008.

VIANNA, Luiz Werneck, et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.